

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Maiara Silva Nogueira

**INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O CURSO
DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA EM
FOCO**

**Juiz de Fora
2022**

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados de uma investigação em torno da Educação Inclusiva e formação inicial de professores, no curso de licenciatura em Pedagogia, ofertado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo como estratégias de coleta de dados a análise bibliográfica sobre o conceito de inclusão em educação; análise de documentos, quais sejam: as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso superior em Pedagogia e a organização curricular do curso de Pedagogia e, a aplicação de um questionário via Google forms, para estudantes dos dois últimos períodos do curso de Pedagogia da UFJF. O artigo dialoga também com a proposta de uma formação transversal, de forma que possa contemplar a Educação Inclusiva em um trabalho efetivo, visto que, como nos indica os resultados da pesquisa, os espaços para esta discussão encontram-se restritos as disciplina de Educação e Diversidade I e Língua Brasileira de Sinais, fazendo com que essa formação, seja por vezes, superficial e fragmentada, impossibilitando e/ou dificultando o processo de inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Formação de Professores e Pedagogia UFJF.

ABSTRACT

This work presents results of an investigation about Inclusive Education and initial teacher training, in the degree course in Pedagogy, offered by the Federal University of Juiz de Fora (UFJF). For that, a qualitative research was carried out, using as data collection strategies the bibliographical analysis on the concept of inclusion in education; analysis of documents, namely: the National Curriculum Guidelines for the higher education course in Pedagogy and the curricular organization of the Pedagogy course, and the application of a questionnaire via Google forms, for students of the last two periods of the Pedagogy course at UFJF. The article also dialogues with the proposal of a transversal training, so that it can contemplate Inclusive Education in an effective work, since, as the research results indicate, the spaces for this discussion are restricted to the discipline of Education and Diversity I and Brazilian Sign Language, making this training sometimes superficial and fragmented, making the process of school inclusion impossible and/or difficult.

Keywords: Inclusive Education, Teacher Training and Pedagogy UFJF.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
O CONCEITO DE INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO A PARTIR DO “INDEX PARA A INCLUSÃO”: BREVES CONSIDERAÇÕES	5
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUNS APONTAMENTOS	8
O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UFJF ANALISADO À LUZ DA INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO	11
O QUE DIZEM OS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFJF SOBRE A SUA FORMAÇÃO EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA	13
CONCLUSÃO	17
REFERÊNCIAS	18
ANEXO	20

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o processo de escolarização de pessoas com deficiência, ou com desenvolvimento atípico foi marcada pelo paradigma da inclusão. Ainda na atualidade, as discussões acerca do tema demonstram que este localiza-se em um espaço gerador de dúvidas, por ser complexo e desconhecido por muitos. Ao ampliar as reflexões do processo de inclusão das pessoas com deficiência para o âmbito escolar, nos deparamos com os desafios da escola e dos docentes para se fazer uma educação inclusiva, visto que, este cotidiano é cercado pelas diferenças.

Nesse sentido, a inclusão escolar pertence a um processo no qual todos fazem parte e, além disso, depende de um conjunto de fatores como condições físicas, políticas públicas, recursos e sobretudo a formação do professor para atuação neste âmbito, pois o papel do educador é central neste processo de escolarização.

A partir dessa premissa, foi desenvolvido um trabalho de conclusão de curso, abordando a Educação Inclusiva e Formação inicial de Professores na licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A motivação para o desenvolvimento deste estudo relaciona-se aos discursos que perpassam pela trajetória docente, vinculados a questões de teoria e prática, insegurança e falta de preparo para este trabalho, logo no início de seu ofício.

Buscamos desenvolver este trabalho a partir de estudos bibliográficos, coletas de dados sobre as ofertas de disciplinas no âmbito da educação inclusiva e pesquisa qualitativa realizada no ano de 2022 com alunos(as) dos períodos finais da Licenciatura em Pedagogia da UFJF, com o objetivo de analisar a formação inicial ofertada e identificar de que maneira essa formação tem contribuído para o trabalho na Educação Inclusiva e qual a compreensão de inclusão tem sido abordada.

Além do exposto, este estudo está dividido em quatro seções de desenvolvimento, sendo elas: 1) O conceito de Inclusão em Educação a partir do “Index para a Inclusão”: breves considerações, onde apresentaremos o conceito de inclusão, pelo viés da inserção dos sujeitos na sociedade e pela

inclusão no meio escolar; 2) A Inclusão e a formação docente, em que discutiremos sobre o papel docente para a concretização das políticas de inclusão e o que diz as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a licenciatura em Pedagogia para este trabalho inclusivo; 3) Análise da organização curricular do curso de Pedagogia, na qual analisaremos o currículo e ementa de disciplinas do curso de Pedagogia da UFJF, a fim de verificar como a instituição tem abordado o tema da Educação Inclusiva e 4) Resultados da Pesquisa, onde será evidenciado se o modelo curricular está capacitando estes futuros profissionais para as demandas da educação inclusiva, ou seja, um trabalho voltado para as diferenças.

O CONCEITO DE INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO A PARTIR DO “INDEX PARA A INCLUSÃO”: BREVES CONSIDERAÇÕES.

A inclusão dos sujeitos com deficiência é tratada como um conceito amplo e complexo, como demonstra Papi, Santos e Mota (2014). Portanto, pensando na formação de professores para atuar na Educação Inclusiva, é preciso explicitar o conceito de inclusão que fundamenta este trabalho. Para isso, apresentamos este conceito a partir do “Index para Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas”, que aborda a inclusão como uma ampliação da participação de todos os sujeitos através da eliminação de barreiras e de valores inclusivos. (BOOTH E AINSCOW, 2011)

Ainda que o significado de inclusão seja inteligível, destacamos a necessidade de compreender sua trajetória ao longo dos anos para chegarmos a esta ideia. Isto porque, ao nos depararmos com a inclusão, nos deparamos com os desafios para sua efetivação com os paradigmas que perpassam a inserção das pessoas com deficiência na sociedade. Podemos evidenciar esses paradigmas através das palavras de Papi, Santos e Mota (2014) ao discorrerem que:

Historicamente, a inserção social desses grupos com deficiência foi marcada por práticas de extermínio, abandono, exclusão e assistencialismo. Mais tarde, chegou-se à proposta de Integração, tal como se denomina o processo em que as pessoas com alguma

condição atípica passaram a ser melhores aceitas na sociedade, embora, para sua participação, tivessem que atender às expectativas sociais, buscando adquirir a condição necessária para a inserção nos diferentes espaços (BARTALOTTI, 2006, apud PAPI, SANTOS E MOTA, 2014, p.58)

Nota-se, a partir do exposto, que por mais que houvesse a integração dos sujeitos na sociedade, sua participação social ainda não era plena, pois não havia reconhecimento dos sujeitos e condições para que ocorresse. Mais adiante, nos é apresentado um novo cenário pelas autoras, onde evidenciam que:

O paradigma da Integração passou a ser questionado, especialmente, pelo coletivo das pessoas com deficiência que, paulatinamente, buscaram seus direitos. Pois, muitas vezes, a condição necessária para a participação social não seria alcançada em sua plenitude, o que se tornava para elas um fator impeditivo. (PAPI, SANTOS E MOTA, 2014, p.58)

É possível afirmar que, ainda nos dias atuais, vemos uma realidade semelhante ao cenário acima, onde por diversas vezes, a participação efetiva dos sujeitos não é alcançada em sua plenitude por conta de diversos fatores. A partir da enunciação das autoras, torna-se notório a necessidade de fazer da inclusão um movimento de esforço coletivo, saindo desta forma, da unilateralidade. Quando destacamos a necessidade de um esforço coletivo, reforçamos a ampliação das discussões e práticas inclusivas. Esse movimento já é algo existente, no entanto ao nos aprofundarmos nos deparamos como um assunto ainda restrito ao âmbito escolar, neste sentido novos desafios são colocados para escola e docentes. (PAPI, SANTOS e MOTA, 2014)

Com a aproximação do âmbito da inclusão para a educação, torna-se visível mais uma forma incontestável de evidenciar o papel social que a escola exerce nas relações sociais. As diferenças estão postas na sociedade e também no ambiente escolar, nos revelando ainda mais a necessidade de se fazer deste ambiente, um local inclusivo, no qual esses alunos possam desenvolver seus conhecimentos e processos de socialização.

Sobre a Educação Inclusiva é possível afirmar que:

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas

capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. (ROPOLI, MANTOAN, SANTOS E MACHADO, 2010, p. 8)

Podemos ver a Educação Inclusiva como uma forma de se romper com os paradigmas escolares, questionando os modelos idealizados para uma proposta de educação. Mantoan (2015) afirma que a inclusão é provocativa e complexa, pois envolve um grande confronto social e de questões que estão enraizadas em nosso meio.

Este pressuposto vincula-se ao pensamento de Rodrigues e Rodrigues (2011) ao tratar a Educação Inclusiva como uma reforma educacional, que atinge principalmente a formação de professores em questões de conteúdos, estratégias, relação teoria-prática e vida profissional, como o exposto a seguir:

Como tem sido realçado por um grande conjunto de autores, a Educação Inclusiva (EI) é uma reforma educacional que abarca um âmbito muito alargado e diferentes níveis de mudanças. A latitude desta reforma pode ser confirmada pela própria definição da UNESCO, apresentada acima, quando são usadas expressões como “alargado”, “geral” e “todos os níveis da sociedade”. Assim, o objetivo da EI não se resume a uma mera mudança curricular ou mesmo a permitir o acesso de alunos com condições de deficiência à Escola Regular: trata-se de uma reforma bem mais profunda abrangendo os valores e as práticas de todo o sistema educativo tal como ele é comumente concebido. (RODRIGUES e RODRIGUES, 2011, p. 43)

Com os novos desafios para se pensar em uma Educação Inclusiva e buscar meios para sua realização, nos deparamos com o “Index para Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas”, um instrumento para ser colocado em prática, através de três dimensões: Culturais, Políticas e Práticas.

O ‘Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas’ é um conjunto de materiais para apoiar a autorrevisão de todos os aspectos de uma escola, incluindo atividades no pátio, salas de professores e salas de aulas e nas comunidades e no entorno da escola. Ele encoraja todos os funcionários, pais/responsáveis e crianças a contribuírem com um plano de desenvolvimento inclusivo e a colocá-lo em prática. (BOOTH E AINSCOW, 2011, p. 9)

Sendo o Index um instrumento norteador para práticas inclusivas – eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação –, é possível afirmar que a inclusão está vinculada a um processo infundável, de desenvolvimento de algo para todos. Tem haver como colocar em prática, valores inclusivos que permeiam cada indivíduo. (BOOTH e AINSCOW, 2011)

Partindo de um processo de reforma educacional, a Educação Inclusiva apresenta alguns fatores que têm sido identificados como fundamentais para a efetivação desta nas Escolas Regulares, em destaque os professores, agentes catalisadores dessa mudança. A partir desta ideia, pensando na formação de professores, dos agentes fundamentais neste processo, buscamos refletir sobre como a Educação Inclusiva tem sido discutida na formação dos professores, para que se possa pensar na eliminação de barreiras e promover a participação de todos.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUNS APONTAMENTOS.

Trazendo para este trabalho a reflexão e a crítica no âmbito da formação docente, evidenciaremos a abordagem da Educação Inclusiva na formação inicial, necessária para a efetivação da inclusão com êxito nas escolas regulares, contemplando assim suas demandas.

Sabe-se que o docente é um participante essencial na iniciação e desenvolvimento de qualquer reforma educacional. Dessa forma é possível afirmar que:

A educação pode se constituir em um instrumento da práxis revolucionária, e nesse contexto o professor tem um papel fundamental de forma a criar as condições de uma leitura da vida social, considerando, sobretudo, suas determinações econômicas e políticas. Mas, para isso, esse professor necessita de uma formação consistente, que lhe permita não apenas o domínio dessa leitura sobre o real, mas também dos conhecimentos e dos meios apropriados aos processos de ensino e de aprendizagem no espaço escolar. (VICTOR E OLIVEIRA, 2015, p. 262)

A partir da compreensão do papel docente, podemos ver a importância de uma formação consistente, que dará aporte para o desenvolvimento de um trabalho de acordo com a realidade e necessidades da educação básica.

A formação inicial dos professores é caracterizada como um preparo para exercício da profissão, a partir das demandas da educação básica. No entanto, muitos profissionais ao se depararem com os desafios do trabalho docente, ainda se encontram em uma zona desconhecida e os discursos que envolvem a falta de preparo revelam-se, principalmente, quando se pensa em uma Educação Inclusiva e o trabalho com pessoas com deficiência.

Uma revelação como esta nos diz muito sobre a formação inicial de professores e apresentam as lacunas deste processo formativo, não se relacionando somente às questões que envolvem ao currículo do curso de Pedagogia, mas envolve também, as práticas de ensino dos professores universitários, que cada vez mais buscam especialização em suas áreas de interesse e se desvinculam das demandas do papel do docente na educação básica. (CRUZ e GLAT, 2014)

Observando a realidade desse processo formativo, nota-se a necessidade de refletirmos sobre a formação dos profissionais para a atuação docente. Para isso, nos aprofundaremos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, que age:

[...] definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam. (BRASIL, 2015)

Enfatizamos que as diretrizes aplicam-se à:

[...] formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e

Adultos, **Educação Especial**, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.(BRASIL, 2015)

A partir do exposto podemos afirmar que o trabalho docente, vincula-se a diversas modalidades de educação, isto inclui a Educação Especial. Nesta perspectiva identificamos as responsabilidades dos cursos de formação de professores em desenvolver um processo formativo que vise a qualificação do exercício da Educação Inclusiva.

Para efetivação desse processo as DCNs para a formação de professores enfatiza que:

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, 2015)

A partir das premissas apresentadas, observamos que as orientações para a formação de professores, contemplam a Educação inclusiva , de forma a garantir o acesso à reflexão em torno do tema, no entanto a forma com que será desenvolvida dependerá do Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Como isto, retornamos ao pensamento de que é fundamental uma reflexão crítica em torno desse processo de formação para a inclusão escolar, visto que existem lacunas nesse processo.

Buscando iniciar esse processo de reflexão, será dado a seguir, enfoque ao curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora, instituição foco deste trabalho.

O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UFJF ANALISADO À LUZ DA INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO

De modo geral, a carga horária mínima para os cursos de Licenciatura em Pedagogia é de 3.200 horas, como evidenciadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores. Estas são distribuídas da seguinte forma:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição. (BRASIL, 2015)

Com base nos elementos apresentados, entendemos que as demandas curriculares expostas nas DCNs para a formação de professores, deverão ser organizadas para serem desenvolvidas nas 3.200 horas mínimas previstas. No que se refere a esta carga horária, observamos o grande desafio das instituições a se organizarem de forma que contemplem a todas as demandas previstas.

De acordo com o Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO) da Universidade Federal de Juiz de Fora, o curso de licenciatura em pedagogia está organizado com uma carga horária total de 3225 h/a, ultrapassando as horas mínimas previstas pelas DCNs. Esta carga horária está dividida em disciplinas obrigatórias e não obrigatórias, estágios e atividades complementares. Iremos nos atentar aqui às disciplinas obrigatórias do curso de Pedagogia, pois são estas que irão garantir o acesso dos estudantes a conteúdos essenciais nesta formação inicial.

As disciplinas obrigatórias estão divididas em 40 disciplinas, totalizando 24000 h/a, cada uma delas com um total de 60 horas de carga horária. De acordo com os dados levantados acerca do currículo da licenciatura em Pedagogia da UFJF, nos é revelado que das 40 disciplinas obrigatórias somente duas possuem foco para a Educação inclusiva, sendo: Educação e diversidade I e Língua Brasileira de Sinais.

A disciplina de Educação e diversidade I tem sua ementa voltada para “Estudo dos aspectos históricos, filosóficos, sociológicos e antropológicos da educação para a/diversidade.”. E a disciplina de Língua Brasileira de Sinais tem sua ementa voltada para o “desenvolvimento, em nível básico, das habilidades de compreensão e expressão necessárias à comunicação com surdos usuários da Língua de Sinais Brasileira - Libras. Introdução ao estudo das visões sobre a surdez e sobre a educação de surdos. Conhecimentos básicos sobre os fundamentos linguísticos da Libras. Estudo de aspectos culturais dos surdos brasileiros e suas implicações educacionais.”.

Ao analisar as ementas das disciplinas em destaque, identificamos que a Educação Inclusiva é abordada de forma com que estes profissionais sejam capazes de lidar com e para a diversidade em sua amplitude. Estes resultados são expostos na pesquisa de Pereira e Guimarães (2019), ao promoverem uma investigação em torno da Educação Especial na formação inicial dos professores, ofertados pelas Instituições Federais do estado de Minas Gerais.

Através de uma análise documental, bibliográfica e fontes de pesquisa como Diretrizes legais e Projeto Pedagógicos dos Cursos no período de 2017 - 2018 constatou-se que os PPCs das instituições mineiras correspondiam às DCNs aprovadas em 2006. No que refere-se aos componentes curriculares da Universidade Federal de Juiz de Fora, foi identificado que prevê um aprofundamento da educação para a diversidade, indo de encontro com as evidências atuais.

Pereira e Guimarães (2019) conclui esta pesquisa indicando a necessidade de ampliar os espaço da Educação Inclusiva na licenciatura em

pedagogia e a formação continuada para concretização desta. Assim como esta se conclui, no contexto atual percebemos esta necessidade.

O Projeto Pedagógico Institucional das licenciaturas da UFJF, o qual a Faculdade de Educação da UFJF tem como um dos norteadores para a construção do Projeto Pedagógico dos cursos. Este compreende “por Educação e Cultura em Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão aquela que visa à formação de nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e inclusão”. Nesse sentido, novamente, identificamos mais um instrumento para que a temática da Educação Inclusiva se faça presente na formação docente.

Além disso, parte do movimento de ampliação dos espaço para reflexões acerca do tema é percebida no Projeto Pedagógico Institucional das Licenciaturas da UFJF, ao pensar em Eixos transversais: flexibilização curricular e Prática Como Componente Curricular.

No entanto entende-se que as discussões em torno dessa temática podem ser restritas nas reflexões de outras disciplinas sendo elas obrigatórias ou não e no desenvolvimento de projetos, no entanto não há garantias, dependerá da transversalidade proposta pelos docentes.

A partir da realidade da organização curricular da licenciatura em Pedagogia da UFJF, optamos por trazer o olhar dos estudantes para a temática da Educação Inclusiva.

O QUE DIZEM OS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFJF SOBRE A SUA FORMAÇÃO EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A pesquisa intitulada “A Educação Inclusiva na Formação Inicial de Professores”, foi uma pesquisa qualitativa desenvolvida através do Google Formulário no ano de 2022. O público alvo desta pesquisa foram os discentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora. O formulário foi enviado aos estudantes via WhatsApp e respondido no período de junho a dezembro de 2022. O formulário foi enviado para que alcançasse cerca de 72

estudantes com conclusão prevista para o ano letivo de 2022 e, desse total, tivemos retorno de 28 estudantes, perfazendo 38.88% da amostra.

O formulário se desenvolveu em quatro seções: 1) Coleta de dados pessoais, no entanto garantindo o anonimato dos participantes, 2) Sobre o início do curso, 3) Sobre o decorrer do curso e 4) Sobre o final do curso. Cada uma das seções possuíam de 3 a 4 perguntas.

O questionário evidenciou que os 28 participantes da pesquisa, faziam parte dos últimos períodos do curso ou estavam desperiodizados, prestes a concluir a graduação. Dos respondentes, nenhum se declarou pessoa com deficiência.

Em um segundo momento, onde foram abordadas questões sobre o início do curso, foi evidenciado que 15 participantes não tiveram a Pedagogia como primeira opção de curso. Dando seguimento, no que se refere ao contato com o público da Educação Especial ou com o assunto, 22 estudantes não tiveram contato algum. Dos 6 que estabeleceram contato, relataram que este foi desencadeado por terem amigos e familiares com desenvolvimento atípico, pelos estágios não obrigatórios, trabalhos voluntários e momentos formativos de cursos, palestras, *lives* e até mesmo formação em um outro curso de graduação.

No terceiro momento, ao nos aprofundarmos na formação ao longo do curso, buscamos verificar se as disciplinas obrigatórias Educação e diversidade I e Língua Brasileira de Sinais, que envolvem a temática da Educação Inclusiva, os contemplaram no que se refere a conhecimentos importantes para a atuação docente com pessoas com deficiência e quais foram estes conhecimentos. Além disso, verificamos também se, em algum momento em outras disciplinas, as discussões se estenderam à Educação Inclusiva e se houve busca por essa temática para além das disciplinas da grade curricular do curso.

As declarações em torno desses questionamentos, apresentaram que as duas disciplinas voltadas para este tema contemplaram parcialmente assuntos relacionados ao trabalho com pessoas que são público da Educação Especial,

isto pelo fato das discussões não adentrarem nas especificidades dos grupos e darem enfoque geral na diversidade.

Ainda neste terceiro momento, os alunos apresentaram a transversalidade em disciplinas que não tem o enfoque neste tema. Relataram que este se fez presente nas disciplinas de Estágio, nos anos iniciais; Legislação; Fundamentos Teóricos Metodológicos e Prática Escolar em Geografia I; Educação Brasileira: Legislação e Sistema e Psicologia da Educação. Um exemplo dessa transversalidade é relatada por um dos participantes da pesquisa, a seguir:

“[...] Grande parte dos professores falavam sobre a necessidade de se promover uma educação inclusiva, mas ficava quase como uma questão moral. Tipo, era estabelecida a importância de se assegurar o direito à educação de todos os estudantes, inclusive daqueles com deficiência. Mas não ia além disso. Na verdade, eu me lembro de uma disciplina eletiva, Cartografia, onde o professor pedia para adaptar as atividades propostas para pessoas cegas/com baixa acuidade visual e para pessoas surdas. Foi uma experiência incrível, porque o professor deu vários exemplos, apresentou possibilidades e ainda indicou sites de institutos de referência para pessoas com essas deficiências, de forma que a gente tivesse onde buscar possibilidades quando necessário. Mas, com exceção dessa disciplina, eu me lembro de algumas conversas pontuais motivadas, em sua maioria, por algum relato. Então, assim, a Educação inclusiva esteve, de certa forma, presente em quase todas as disciplinas. Mas apenas em duas, que eu lembre agora, de forma sistemática.”

Em um pensamento sobre a transversalidade, os alunos enfatizaram a necessidade de existir espaços nas disciplinas para discussões acerca da Educação Inclusiva. Outro fato apresentado é a consciência da necessidade de formação continuada nesse tema, visto que o tempo é curto para o aprofundamento de teoria e prática.

Reconhecendo a necessidade de aprofundamento neste assunto, os alunos relataram que buscaram acesso a essa temática através de cursos, palestras, bolsas de treinamento profissional no Colégio de Aplicação João XXIII, bolsas de projetos de extensão, lives, estudos bibliográficos e também tiveram aqueles que adentraram ao assunto ao ponto de desenvolver trabalho de conclusão de curso dentro deste tema.

Na quarta seção do formulário, os alunos foram convidados a pensar sobre o final do curso, no sentido de estarem preparados para atuação na Educação Inclusiva, nas dificuldades encontradas, nos conhecimentos que acham essenciais para este trabalho e por fim demonstrarem interesse ou não para dar continuidade nesta área de estudos.

Sobre se sentirem preparados para essa atuação, 22 dos alunos não se sentem preparados para exercer este trabalho. Nota-se aí a insegurança que tanto é relatada quando se pensa em uma atuação inclusiva. Estes alunos acreditam que isto está vinculado a lacunas durante o processo formativo e também pela pluralidade dos sujeitos e com isso a falta de conhecimento e recursos.

Para mais, os estudantes acreditam que para efetivação deste trabalho, é necessário conhecer conceitos de inclusão, exclusão e segregação, saber as necessidades de cada aluno, ter uma formação específica através de especializações e curso de formação continuada e sobretudo ter consciência de que o conhecimento faz parte de uma busca constante, sendo assim necessário continuar essa formação.

Em meio a dúvidas, incertezas, inseguranças, grande parte desses alunos declaram a intenção de dar continuidade dentro da área da Educação Inclusiva, muitos através de pós-graduações conhecidas como, Educação Inclusiva, Psicopedagogia e Método ABA.

1

A partir das respostas dos estudantes, podemos concluir que somente as disciplinas ofertadas pelo curso de Pedagogia não estão sendo suficientes para estes se sentirem preparados para o trabalho docente inclusivo. Os estudantes saem do curso de Pedagogia sabendo da importância de se fazer da escola um lugar inclusivo, no entanto não encontram conhecimentos sólidos para efetivação deste ato. Dessa forma, ao concluírem a licenciatura, partem

¹O Método ABA é uma abordagem terapêutica comportamental, muito utilizada por psicólogos que seguem a abordagem Comportamental Behaviorista. A sigla ABA representa Análise Aplicada do Comportamento (Applied Behavior Analysis).

para uma nova jornada: a atuação docente. Ao se depararem com as demandas da educação básica, com as demandas de seus alunos, dão continuidade a esta formação inicial.

CONCLUSÃO

Em vias de conclusão, através deste artigo procuramos constatar o indispensável aprofundamento na formação inicial de professores, com o intuito de revelar se a forma com que se desenvolve esse processo formativo oferece subsídios para a efetivação da Educação Inclusiva. Para extrair informações que pudessem nos levar a uma conclusão, recorremos a referências bibliográficas, coleta de dados e ouvimos, por meio de questionário, estudantes formandos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Pelo exposto ao longo do texto, enfatizamos a necessidade de um olhar reflexivo para inclusão, pois ainda se encontram barreiras para sua realização, para a presença ativa das pessoas com deficiência em diferentes âmbitos da sociedade. Aqui ressaltamos o ambiente escolar, onde de acordo com as políticas públicas, deve ser um lugar para todos, onde todos possam se desenvolver de maneira integral.

A Educação Inclusiva é um tópico a ser desbravado pela formação de professores, por mais que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a licenciatura em Pedagogia apontam que o docente deve ser capaz de reconhecer a diversidade e respeitar as diferenças, ainda há muito a se aprofundar.

Dessa forma, salientamos através das palavras de Bueno (1999) apud Antunes e Glat (2011) que:

Não basta incluir nos currículos de formação de professores “conteúdos e disciplinas que permitam uma capacitação básica para o atendimento de portadores de necessidades especiais” (Brasil/MEC, p. 59), pois a eterna indefinição sobre a sua formação, aliada a fatores macrossociais e de políticas educacionais, tem produzido professores com baixa qualidade profissional. (p. 18)

Nesse sentido defendemos aqui um trabalho transversal entre as disciplinas do curso de pedagogia. Um movimento apresentado por Antunes e Glat (2011, p. 11):

Esta realidade demanda uma reflexão e reestruturação dos currículos dos cursos de formação de professores de forma que nas disciplinas de planejamento, avaliação e didática, por exemplo, sejam realizadas discussões acerca do processo ensino-aprendizagem de alunos com diferenças qualitativas de desenvolvimento. A disciplina de currículo, deveria se voltar para a conceituação de currículos flexíveis que permitam adaptações para atender às necessidades educacionais especiais apresentadas por alunos com deficiência e sem deficiência. Ao se estudar a legislação educacional brasileira, ênfase deveria ser dada para leis e dispositivos da inclusão escolar, e assim por diante.

Ressaltamos ainda, que o currículo tem como uma de suas funções traçar uma trajetória, ou seja, ele vai definir que tipo de pessoas, profissionais queremos formar. Nesse sentido, se um dos intuitos da formação docente é capacitar esse sujeito para uma atuação inclusiva, defendemos a necessidade de um olhar atento para o currículo da formação de professores, daqueles que desempenharam papéis fundamentais para que se tenha avanços significativos no ato de operar as Políticas de Inclusão.

Ademais, salientamos que por mais que o docente possua um papel central na Educação Inclusiva, não podemos nos esquecer que o ambiente escolar deve ser um espaço democrático, nesse sentido é preciso reconhecer a inclusão como responsabilidade de todos os sujeitos. Trata-se de um chamamento a coordenadores pedagógicos, diretores e todos aqueles que façam parte da comunidade escolar, isto é, um convite a uma gestão escolar democrática, na qual as relações horizontais se façam presentes, relações estas de troca, diálogo, reflexões, tomadas de decisões para ação eficiente da Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Katiúscia C. Vargas; GLAT, Rosana. Formação de Professores na perspectiva da Educação Inclusiva em foco. In: PLETSCHE, Márcia Denise;

DAMASCENO, Allan (Org). Educação Especial e Inclusão Escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica: EDUR/ UFRRJ, 186 - 199.

BOOTH, T; AINSCOW, M. Index para Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. Tradução: Mônica Pereira dos Santos, PHD. Produzido pelo Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE), 3ª edição, RJ, 2011.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília. 2015.

CRUZ, Gilmar de Carvalho; GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: Desafio, Descuido e Responsabilidade de Cursos de Licenciatura. Educar em Revista, p. 257-273, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

PAPI, Silmara de Oliveira Gomes; SANTOS, Edinéia de Fátima Paulino; MOTA, Maureen Daiane da. Inclusão escolar e a formação docente no curso de pedagogia. Educação e Fronteiras, Dourados, v. 4, n. 12, p. 56-73, 2016.

PEREIRA, Cláudia Alves Rabelo; GUIMARÃES, Selva. A Educação Especial na Formação de Professores: um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru/SP, v. 25, n. 4, p. 571-586, dez. 2019.

RESOLUÇÃO nº 97/2022, de 26 de setembro de 2022. Aprova alteração no Projeto Pedagógico Institucional - PPI - das Licenciaturas. Recuperado em 12 de janeiro de 2022 de

<https://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/sites/30/2022/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-97.2022.pdf>

RODRIGUES, David; LIMA-RODRIGUES, Luzia. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores?. Educar em Revista, p. 41-60, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. (2022). Curso de Licenciatura em Pedagogia: Grade do curso. Recuperado em 12 de janeiro de 2022 de <https://sigam1.ufjf.br/index.php/core/download/report/inline/5154052e89566d7a99865aa417a6b0ee63c08c9f2f59c.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. (2022). Curso de Licenciatura em Pedagogia: Plano de Ensino, Educação e Diversidade I. Recuperado em 12 de janeiro de 2022 de <https://www.ufjf.br/deptoeducacao/disciplinasdep/plano-de-ensino/?CodDisciplina=EDU036>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. (2022). Curso de Licenciatura em Pedagogia: Plano de Ensino, Língua Brasileira de Sinais. Recuperado em 12 de janeiro de 2022 de <https://www.ufjf.br/deptoeducacao/disciplinasdep/plano-de-ensino/?CodDisciplina=EDU088>

VICTOR, Sonia L; Oliveira, Ivone Martins de. Trabalho Docente, Educação Especial e Formação do Especialista: continuando a caminhada. In: MEYRELLES, Denise de Jesus, VICTOR, Sonia Lopes, GONÇALVES, Agda Felipe Silva (Org.). Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial. São Carlos: ABPEE, 259 - 265, 2015.

ANEXO:

Modelo Formulário:

A Educação Inclusiva na Formação Inicial de professores

Busca-se através deste formulário, analisar os estudos e reflexões acerca da educação inclusiva na formação de professores do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Os dados aqui coletados serão parte do Trabalho de Conclusão de Curso da discente Maiara Silva Nogueira, que estará desenvolvendo sua pesquisa na área da Educação Inclusiva e Formação de professores.

A partir do exposto, solicitamos a participação dos discentes formandos do curso de Pedagogia da UFJF, de forma voluntária e anônima, garantindo a ausência de interferências e danos.

Sua participação será fundamental para que possamos refletir sobre a presença da Educação Inclusiva na formação inicial e perspectivas de futuras práticas docentes.

Em caso de dúvidas entrar em contato: maiarasilva.nogueira@gmail.com

Declaro estar de acordo e participar da pesquisa: () Sim

Dados pessoais

Período:

Previsão de término:

Você possui alguma Necessidade Especial? () Sim () Não

Se sua resposta anterior foi "sim", qual é a necessidade especial?

Sobre o início do curso

O curso de Pedagogia foi sua primeira opção de curso? () Sim () Não

Você possuía contato com discussões sobre pessoas com Necessidades Especiais ou Educação Inclusiva? () Sim () Não

Se sua resposta anterior foi "sim", como foi esse contato?

Sobre o decorrer do curso

As disciplinas, Educação e Diversidade I e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) fazem parte das disciplinas obrigatórias da grade do curso de pedagogia. Estas disciplinas trouxeram conhecimentos importantes para atuação com a pessoa com Necessidade Especiais? Quais?

Dentre as disciplinas obrigatórias citadas, alguma outra trouxe para discussão a Educação Inclusiva? Qual/quais?

Você buscou informações na faculdade sobre a temática da Educação Inclusiva, além das disciplinas da grade curricular? Como?

Sobre o final do curso

Você se sente preparado(a) para atuar na educação básica de forma inclusiva?
() Sim () Não

Se não se sente preparado(a) para essa atuação, quais seriam as principais dificuldades?

Quais conhecimentos você considera importantes na formação do pedagogo para atuar na Educação Inclusiva?

Sobre a formação continuada, há uma área em que pensa aprofundar seus estudos?